

Maílson não convence credores

Banqueiro desconfia de pedido de apoio e prefere esperar pelo próximo governo

RÉGIS NESTROVSKI
Especial para o Estado

NOVA YORK — O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, afirmou ontem que o País enfrenta dificuldades para "conciliar a construção da democracia, as reformas econômicas e a preservação de boas relações com a comunidade financeira internacional". A uma platéia de 50 banqueiros e empresários, reunida no Conselho de Relações Exteriores de Nova York, Maílson pediu a redução da dívida externa brasileira para "aliviar" os problemas fiscais, causados pela conta de juros do setor público, e facilitar as reformas econômicas.

O pedido do ministro foi recebido com desconfiança pelos presentes e um banqueiro perguntou por que os empresários norte-americanos deveriam continuar acreditando num governo que está no fim. "Tudo não foi deixado para o próximo presidente?", observou o banqueiro.

Acompanhado de seu secretário para assuntos internacionais, Sérgio Amaral, Maílson procurou explicar à platéia, que incluía o negociador do Citibank, William Rhodes, por que o Brasil não consegue pagar os juros da dívida externa aos bancos. De acordo com o ministro, o plano econômico do presidente José Sarney não deu certo. "Nós nos engajamos em um ajustamento econômico importante e seus resultados apontavam na direção certa", disse. "As decisões incluídas na Constituição, no entanto, tornaram impossível para o Brasil cumprir as condições ajustadas com o FMI."

SALDO NEGATIVO

As queixas do ministro foram dirigidas também à comunidade financeira internacional. Ele disse que o relacionamento com credores está difícil, já que "relações normais pressupõem uma via de duas mãos". No entanto, afirmou Maílson, o Brasil transferiu a seus credores grande volume de recursos. "Novos financiamentos para o País foram escassos. Créditos de agentes multilaterais foram menos de US\$ 100 milhões, em 88. O Brasil tem um déficit com as instituições mundiais desde 87", observou.

O ministro da Fazenda citou como exemplo a transferência negativa com o FMI e o Banco

Mundial de quase US\$ 1 bilhão, cada. Com relação aos bancos privados, disse, o buraco entre pagamento de juros e de novos empréstimos é muito maior. "Sob essas circunstâncias, não é surpresa que o Brasil tenha problemas para pagar o serviço de sua dívida", analisou.

No final de sua exposição, Maílson foi bombardeado com questões que variaram do problema da Amazônia à distribuição de renda. Também se perguntou se o País está em moratória. O ministro praticamente justificou o ceticismo do banqueiro que quis saber por que confiar no governo que está no fim. "Fazer mudanças num regime de transição é difícil. Lutamos todos os dias em Brasília. Vivemos num fio de navalha." Maílson embarcou ao meio-dia para Washington, onde teria, à tarde, encontro com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus.

AUMENTO DE RESERVAS

O representante do Citibank, William Rhoden, saiu às pressas do encontro para ir a Washington, e não recebeu uma indicação de quando os juros em atraso serão pagos pelo Brasil. "Até agora nada em termos de juros", disse. Rhoden não quis falar sobre o aumento de reservas do Citibank, que é dado como certo em Nova York, para enfrentar as perdas com o calote brasileiro e de outros países da América Latina, além das consequências do programa de redução da dívida, o Plano Brady.

Más notícias

Ao comentar a decisão do banco J. P. Morgan Co. de acrescentar US\$ 2 bilhões às suas reservas contra prejuízos por maus empréstimos, o jornal The New York Times considerou a iniciativa "uma péssima notícia para os países endividados do Terceiro Mundo". Na interpretação do jornal, a principal consequência do aumento das reservas do Morgan — que praticamente o tornou imune à exposição aos empréstimos duvidosos — é a redução do eventual e futuro fluxo de dinheiro dos credores internacionais para as nações em desenvolvimento". Para os especialistas consultados pelo Times, muitos anos terão de passar até que o Morgan e outras grandes bancos dos EUA voltem a conceder créditos em grande escala para o Terceiro Mundo. Esta tendência poderá, até, prejudicar, a curto prazo, o Plano Brady, de redução do estoque da dívida externa das nações em desenvolvimento. É que, além do perdão de parte dos débitos, a proposta considera essencial a concessão de dinheiro novo para estimular a atividade produtiva das nações endividadas.



Mailson aos banqueiros: "Vivemos num fio de navalha"

Reuter